

As Palafitas do Rio Anil: Memória de uma Cultura Construtiva em Vias de Erradicação

Silva, Joana^{(1)*}; Kapp, Silke^{(2)*}

⁽¹⁾jovieirasilva@gmail.com, ⁽²⁾kapp.silke@gmail.com

* Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura
Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
Grupo MOM-Morar de Outras Maneiras

RESUMO

Numa favela na margem esquerda do rio Anil, em São Luís do Maranhão, no Brasil, está em curso um programa de urbanização que objetiva a total erradicação das palafitas, tipo de moradia construída sobre estacas considerada precária.

Através de um estudo de caso e como forma de testemunhar essa cultura construtiva, é descrito o processo de ocupação do mangue e de construção das casas.

Entre o objetivo da erradicação, como defendem as políticas públicas ali implementadas, e a defesa da preservação para turismo cultural, como acontece com exemplos de construções análogas em Portugal, conclui-se que há alternativas possíveis de atuação, que não limitem mas abram possibilidades aos habitantes.

Palavras-chave: palafita, favela, São Luís do Maranhão.

INTRODUÇÃO

A cidade brasileira de São Luís, capital do estado do Maranhão, foi fundada no século XVII, num promontório alto de uma ilha costeira, na baía de São Marcos, entre a foz dos rios Bacanga e Anil (Fig.1, 2 e 3). Seu território é parte da recortada costa norte do Brasil onde a ação do Atlântico produziu amplos estuários e inúmeras ilhas, baías e enseadas, com extensas áreas alagadiças, inundadas ao ritmo das marés, os mangues, ecossistemas de transição entre o ambiente marinho e terrestre, com solo lodoso e grande riqueza biológica, onde predomina uma vegetação própria, com o mesmo nome. Num desses mangues, na margem esquerda do rio Anil e na vizinhança do núcleo urbano de fundação da cidade, se formou a favela de pala-

fitas que é tema do presente artigo (Fig.4). Hoje, a área, que fora uma reentrância costeira, está quase toda aterrada e asfaltada, encontrando-se poucas evidências desse modo de construção.

O termo palafita é usado correntemente no Brasil para designar ocupações informais de casas construídas sobre estacas de madeira, em áreas alagadiças, e por isso sempre consideradas precárias. Mas cabe lembrar que a origem do termo (do italiano *palafitta*, tapume de estacas¹) e os modos de construção que lhe são associados historicamente não corroboram essa conotação negativa.

Em Portugal, “as palafitas avieiras” da bacia do Tejo foram redescobertas recentemente como objeto de investigação, exemplo de patrimônio

¹ Dicionário online da Porto Editora.



Fig. 1 Maranhão no Brasil.



Fig. 2 Costa maranhense e ilha do Maranhão.



Fig. 3 Sítio de fundação da cidade de São Luís.



Fig. 4 Centro histórico e simbólico da cidade, e localização da favela.

cultural a preservar e possível atração turística². No mesmo sentido, na Europa central, as palafitas do chamado arco alpino foram classificadas em 2011 como patrimônio cultural da humanidade³.

Já no caso da favela do rio Anil, a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão (Secid-Ma) elaborou, em 2008 e em parceria com o governo federal brasileiro, um vasto projeto de urbanização tendo como uma das principais metas a total erradicação das palafitas.

O objetivo do presente texto é dar a conhecer e inserir na discussão especializada essa cultura construtiva brasileira, já que, ao contrário dos seus análogos em Portugal ou em outros países da Europa, tem sido desconsiderada.

Nas seções que se seguem, começaremos por apresentar em linhas gerais o processo de formação, transformação e erradicação do assentamento, para então descrever o modo de construção propriamente dito e finalmente discutir alternativas de atuação nessas áreas.

As informações foram organizadas no âmbito de uma investigação em curso e resultaram de recolha documental, de observações *in loco* e de conversas com moradores⁴. As últimas foram realizadas de forma dirigida durante um trabalho de campo, entre janeiro e março de 2016. Durante esse trabalho de campo foram ainda localizadas fotografias aéreas que permitiram situar parte do processo de ocupação e verificar a evolução morfológica do assentamento. Quanto às observações *in loco*,

² Cf. Pedro Gaspar e João Palla (2009) e Sérgio Marafona (2014)

³ Em resposta a uma candidatura apresentada pela Suíça, que incluiu 6 países - Áustria, França, Alemanha, Itália, Eslovênia e Suíça - foram inscritos 111 sítios arqueológicos na lista de património da UNESCO. Cf. <http://whc.unesco.org/en/list/1363> e <http://www.palafittes.org/en/index.html>

⁴ Dessa investigação resultou a dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, orientada por Silke Kapp e defendida por Joana Silva em Julho de 2016 na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada "Tudo isso era maré: origens, consolidação e urbanização de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão."

foram feitas também no referido período, mas acabaram agregando considerações decorrentes da participação profissional de uma das autoras nos trabalhos da Secid-Ma entre 2012 e 2014.

Devemos ressaltar que pesquisas anteriores e registros documentais sobre as palafitas de São Luís são extremamente escassos, de modo que o presente artigo é uma sistematização preliminar com muitas lacunas a preencher.

DA FORMAÇÃO À ERRADICAÇÃO

Nos primórdios da ocupação do mangue na margem esquerda do rio Anil estiveram as habitações dos operários da Fábrica de Fiação e Tecidos da Camboa, que ali se estabeleceu em 1890. Construída numa porção de terra tipo península, flanqueada por áreas de aluvião, a fábrica se beneficiou das facilidades de transporte oferecidas pela ampla embocadura do rio. Essa mesma estratégia justificou, em 1918, a instalação do novo matadouro municipal nas imediações, já contando com a proximidade da Estrada de Ferro, que estava então em construção. Essa linha férrea, inaugurada em 1929, acabou traçando o “limite urbano”, ou seja, a fronteira entre a cidade, bem definida em terra firme, e o mangue, parcialmente inundado duas vezes por dia e chamado por muitos habitantes locais apenas de *maré*. Mais tarde, na década de 1940, duas grandes indústrias de óleo de coco babaçu ainda se instalaram na área.

Todavia, o expressivo aumento populacional e o avanço das construções ocorreram essencialmente a partir da década de 1960, quando todas as indústrias mencionadas já haviam encerrado atividades. O êxodo rural, característico desse período em todo o Brasil, trouxe muitos migrantes a São Luís. Eles encontraram no mangue um lugar para se instalar fora dos olhos e dos interesses das instituições econômicas e políticas dominantes.

Se ocupações informais são, por definição, aquelas que se constituem à revelia do controle formal das instituições de Estado, os dados demográficos

a seu respeito tendem a ser frágeis, provindo ora de estimativas, ora de levantamentos logo ultrapassados pelas rápidas transformações da realidade. No caso da favela em estudo, a citada Secretaria das Cidades do Maranhão elaborou, em 2008, um levantamento para definir as metas do vasto programa de urbanização destinado àquele território, o PAC do Rio Anil⁵.

Nesse mesmo ano, a Secid-Ma deu início às obras com base num projeto que acabou por fixar como objeto de intervenção uma área de 175 hectares ocupada por cerca de 13 mil famílias, das quais perto de 3000 estariam morando em palafitas sobre a água e as restantes na chamada “área seca”.

Entre outras metas, houve duas que foram ganhando protagonismo: a total erradicação das palafitas, cujos moradores seriam transferidos para novos apartamentos a construir na área, e a construção de uma avenida beira-rio sobre um extenso aterro que funcionaria como cintura para impedir o avanço de novas construções informais.

Não houve estudos aprofundados sobre os modos de vida da população local, mas a orientação *a priori* para a erradicação das palafitas. Hoje, o PAC do Rio Anil está em fase de conclusão. Foram entregues 832 apartamentos-padrão em prédios de quatro andares e dezesseis unidades, distribuídos em três conjuntos. Concluíram-se, ainda, cerca de 4000 das 6000 “melhorias habitacionais”, outra das metas do programa, que consistia em intervenções pontuais nas moradias precárias consideradas “consolidadas”, porque estabelecidas em terra firme⁶.

⁵ PAC é o acrônimo para Programa de Aceleração do Crescimento, um empreendimento desenvolvimentista do Governo Federal Brasileiro, ancorado em diversas obras de infraestrutura, incluindo a “urbanização de assentamentos precários”. O PAC do Rio Anil resultou de uma parceria entre o Ministério das Cidades e o Governo Estadual do Maranhão e foi assinado com “cláusulas suspensivas” devido à falta de elementos do projeto.

⁶ Com as obras de aterro e o impacto do bate-estacas para a construção da avenida, ocorreram danos em muitas habitações consideradas “adequadas”, que acabaram por ser incluídas neste serviço.

A avenida beira-rio foi construída e inaugurada parcialmente no final de 2014. Depois de uma primeira tentativa fracassada, a obra, de fato, conseguiu interromper o fluxo das marés no antigo mangue e o acesso direto de seus moradores ao rio⁷. (Embora não tenha conseguido impedir que um pequeno núcleo de novas palafitas esteja timidamente a surgir do lado de lá da avenida.)

Como era de esperar, não há registros cartográficos do processo de ocupação desse território, nem houve qualquer estudo etnográfico anterior à intervenção do PAC⁸. Essa circunstância de erradicação de um tipo de moradia e de apagamento de um contexto particular de relações sócio-espaciais e sócio-ambientais nos motivou a estudar a história das palafitas no estuário do rio Anil.

DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O processo de ocupação da favela em estudo teve muito em comum com a história de outras ocupações urbanas informais e pobres (em relação aos níveis mínimos de consumo supostos para uma vida urbana dita digna). Nas grandes cidades de todo o mundo “em desenvolvimento”, os migrantes recorreram a conhecimentos do seu contexto cultural de origem e os adaptaram, de maneira mais ou menos bem sucedida, aos recursos a que conseguiram ter acesso num meio físico, social, cultural e econômico novo. Os aspectos comuns a essa transposição dolorosa, que

O número (6000) reflete já esse acréscimo. Redefinições do projeto, como esta, iam acontecendo continuamente durante a sua implementação.

⁷ A primeira solução adotada para a contenção do aterro foi um sistema de paliçadas de madeira, que eram desfeitas constantemente pelas marés, revelando a falta de conhecimento básico sobre a realidade local. Posteriormente, foi adotado o sistema de contenção com molhe de pedra e aterro em terra armada.

⁸ Houve um projeto governamental anterior, o ProMorar, realizado no início dos anos 1980 e financiado pelo BNH-Banco Nacional de Habitação que previa a construção de lotes urbanizáveis e habitações, do qual não encontramos estudos. O projeto não foi concluído e a principal ação consistiu num extenso aterro por dragagem, havendo também vestígios da definição do traçado de algumas ruas.

transformou grupos sociais inteiros em pobres urbanos e transformou o vernáculo em informal, já foram amplamente descritos e criticados⁹.

Mas a ocupação do rio Anil também se distingue de processos comparáveis. No mangue, canais e subcanais formam potenciais redes de água, esgoto e transporte fluvial, enquanto que qualquer acesso a pé exige previamente um esforço coletivo de construção de vias sobre a água. (Fig.5 e 6) A diferença, por exemplo, de favelas formadas em morros, em que a ocupação começa pelas casas, inicialmente sem grande preocupação com a linearidade dos caminhos, no mangue não é possível erguer uma casa antes de garantir uma estrutura prévia e compartilhada de acesso. Assim, cada nova porção da favela do rio Anil constituiu um pequeno território, solidário e relativamente isolado das demais porções.

A pesquisa de campo confirmou nossa suspeita de que os moradores também realizaram coletivamente o aterro de pelo menos uma parte dos caminhos de madeira. Se no início haviam fabricado um território sobre a água, numa segunda fase de consolidação da ocupação passaram a fabricar sua própria “terra firme”. Os entrevistados se referem a essa fase como grande conquista, frisando a ausência de apoio externo e a contraposição a obras públicas. Também chama a atenção o fato não usarem o termo *aterro*, mas palavras como *entulhar* e *entulhamento*. Isso indica que, mais do que no produto final (aterro), o imaginário coletivo se concentra no material (entulho) e no processo (entulhar), como que mantendo presente a memória dos recursos e esforços ali investidos, que abrangem desde tempo e trabalho braçal até uma extraordinária capacidade de organização. *Aqui era tudo maré e a gente é que foi entulhando*¹⁰. *Nós entulhamos e não tivemos ajuda*

⁹ Por exemplo, por John Turner e Robert Fichter (1972), Hassan Fathy (1976) e Ivan Illich (1981).

¹⁰ Ana Lea Santos. Entrevistada que nasceu em Alcântara e chegou a São Luís na década de 1980, adolescente e grávida, para trabalhar como empregada doméstica. Após o parto foi morar com a mãe numa palafita. Hoje é professora e dá aulas particulares de reforço na sala do apartamento que ganhou pelo PAC.



Fig.5 Avanço das palafitas sobre o mangue. (2008).



Fig. 6 Ponte de acesso e novas palafitas. (2008).



Fig. 7 Diferentes fases da “construção” de uma rua: ponte de madeira, aterro e asfalto. (2008).



Fig. 8 Palafitas com duas frentes. Barcos ancorados nos “fundos”. (2008.)

*de poder nenhum [...] aqui só em época de eleição é que eles aparecem*¹¹.

Segundo contaram vários moradores, os aterros começavam linearmente pelas vias de madeira e logo se expandiam para a frente das casas, que assim podiam ganhar uma fachada de alvenaria, mas permaneciam com os fundos sobre estacas e abertos para a água, o que permitia o acesso direto dos barcos de pesca e o escoamento dos esgotos. (Fig.8) É possível observar que esta lógica de organização com frente e fundos resultou em

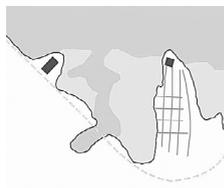
quarteirões mais ou menos regulares, em que os fundos, após o aterro, passaram a ser quintais, reconhecíveis nas fotografias aéreas pela mancha de verde e vegetação.

DA CONSTRUÇÃO DAS CASAS

A construção das palafitas na área do rio Anil não seguiu uma técnica única e homogênea, porque muito dependeu das características específicas de cada porção do território e da disponibilidade de materiais e recursos no momento das obras. Podemos, todavia, sintetizar algumas características recorrentes, descritas pelos entrevistados e observadas nas palafitas ainda existentes ou em construção na outra margem do rio.

¹¹ Vitória Barbosa. Entrevistada que nasceu em Alcântara e se mudou para São Luís na adolescência. Mora numa palafita, mas apenas os fundos estão sobre estacas, pois a rua da frente e o espaço sob a casa já foram aterrados. Está em vias de transferência para um apartamento, construído pelo PAC.

Quadro 1- Morfologia do processo de ocupação do mangue



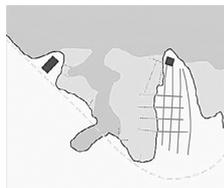
- TERÇA/FERRIO
- ÁREA DE ALUIÇÃO
- RIO ANIL
- TRACADO ORIGINAL
- PALAFITAS
- ESTRADA DE FERRO
- AVENIDAS
- EDIFICIOS

À esquerda, a fábrica textil e à direita o matadouro, com as ruas de acesso.



Planta da cidade de São Luís (detalhe). 1955
(Carta geográfica do estado do Maranhão)

DÉCADA DE 1960

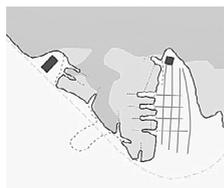


Franjas de palafitas começam a avançar para o interior do mangue, no seguimento das ruas existentes.



Fotografia aérea. 1968 (arquivo pessoal)

DÉCADA DE 1970



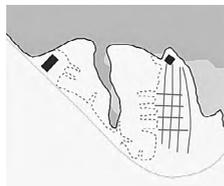
Começam os aterros lineares feitos pelos moradores. Prosseguem as palafitas.



Fotografia aérea. 1979 (arquivo Jorge Wilhelm)

Olhando de um ângulo oposto, a partir do rio e com a avenida ao fundo, no centro da imagem. À direita, em baixo, parte do edifício da Fábrica têxtil da Camboa.

DÉCADA DE 1980



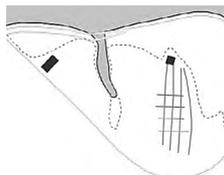
Grande aterro por dragagem feito no âmbito de um programa de urbanização não concluído.

Fotografia. 1982 (arquivo Sérgio Braga)



Com o aterro, muitas palafitas foram derrubadas e os moradores desalojados, tendo de reconstruir a sua casa.

SITUAÇÃO ATUAL - 2016



Ampliação do aterro e construção de avenida marginal ao rio (PAC Rio Anil).

Algumas palafitas permanecem, bordejando o canal, agora mais estreito e curto.



Imagem de satélite. 2016 (Google Earth)

Uma palafita de 18m² (3m x 6m) se faz em cerca de duas semanas e consome aproximadamente 150 estacas e 20kg de pregos de todo tamanho, como diz o senhor Tássio Ribeiro¹². Os construtores distinguem genericamente entre *pau de mangue* e *madeira do mato*, mas à pergunta sobre o tipo de madeira não respondem com muita clareza – *tem de toda a qualidade, tem bacuri... tem toda a madeira*. Preferem o mangue vermelho para as estacas, porque tem os paus mais grossos e resistentes, que se preservam na lama, o seu habitat natural, e demoram mais tempo a apodrecer que outras madeiras. Da sua casca provém ainda uma resina rubra que é uma das tinturas mais eficazes para colorir as velas dos barcos, uma vez que *fecha bem o pano*, tornando-o resistente ao vento e ao salitre agressivo da maresia.

No entanto, hoje as estacas são compradas sobretudo nos vários depósitos de construção existentes na avenida da Camboa - onde no passado existiu a linha férrea - ou diretamente no cais, dos barcos que chegam do interior.¹³ Segundo o senhor José Américo¹⁴, agora apenas chega *madeira do mato [...] porque pau de mangue o lbama¹⁵ não deixa [...] por causa da desmatção que está demais*. As peças que vimos empilhadas no cais custavam cerca de R\$10 (2,5€) por unidade e vinham com 5m de comprimento e um dos topos afiados. Eram peças de seção circular, troncos

rolíços de madeira bruta, muito usados na construção civil também para escoramento de lajes. Se se pode investir mais, ou quando se pretende construir uma palafita de dois andares, recorre-se às pernas-mancas, peças serradas industrialmente, de seção quadrada e *madeira segura: pau-darco, tatajuba, que chegam a resistir quinze anos*.

O piso ou *assoalho* de uma nova palafita costumava seguir a altura da ponte que lhe dava acesso, subindo um pouco. No início, nem sempre havia muita preocupação com eventuais inundações: *de oito em oito dias a maré fazia a limpeza geral*.¹⁶ Mas desde que a energia elétrica e os eletrodomésticos chegaram, grosso modo, nos anos 1980¹⁷, os construtores previnem-se para a água não entrar na palafita, mesmo com a maré cheia. Primeiro fincam um pau, que é marcado pela *maré de lua* - quando a água do mar atinge o seu nível mais alto¹⁸ - depois *sobe meio metro acima da altura da maré porque a tendência [da palafita] é só arrear*.

Definida a altura do piso, trata-se de *fincar na lama* as estacas da casa, também chamadas de *pernas, paus* ou *mourões: a gente vai batendo, batendo, até sentir [a lama] endurecer, até não ir mais*. Joberval Bertoldo lembra os ensinamentos dos mais antigos sobre a importância de perceber as diferenças de densidade do solo: *debaixo*

¹² Tássio Ribeiro é construtor de barcos e de palafitas, e é também pescador com barco próprio. Nasceu em Alcântara, onde viveu até aos 17 anos, quando foi para a capital “tirar os documentos e se alistar no exército”, mas não serviu e por ali ficou, onde construiu a sua palafita. Hoje mora num apartamento do PAC. Quando o entrevistamos, tinha acabado de construir uma palafita para a filha, na margem oposta do rio.

¹³ A avenida foi construída no leito da ferrovia, desativada e desmantelada nos anos 1970; constitui uma parte do chamado *anel viário*, que delimita no seu interior o “centro” da cidade.

¹⁴ José Américo é carpinteiro naval. Oriundo de Alcântara, onde nasceu, mudou-se para São Luís com a família para que os seus filhos pudessem ali frequentar uma escola.

¹⁵ Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

¹⁶ Basílio Durans nasceu em Perimirim e foi para a capital com 20 anos, na década de 1960, morar com a madrinha, empregada doméstica que habitava numa palafita na Liberdade. Mais tarde, construiu a sua própria palafita que, na sequência de melhorias e aterros feitos pelo próprio, é hoje uma casa de alvenaria, de dois andares. Participante ativo em movimentos de defesa de palafitados e favelados e em grupos culturais, gere hoje um depósito de material de construção, no mesmo bairro.

¹⁷ Este período é aproximado devido à referida descontinuidade territorial e porque a energia elétrica chegava muitas vezes pontualmente, através de favores de políticos a determinado núcleo de vizinhança.

¹⁸ Formalmente chamada *maré de sizígia*, acontece nas luas nova e cheia, quando as forças de atração do sol e da lua se somam, produzindo as mais altas preamares e as mais baixas marés baixas do ciclo. As marés de quadratura, chamadas de “marés de quarto” acontecem na lua crescente e minguante, quando as referidas forças de atração se opõem, originando oscilações de menor amplitude.



Fig. 9 Interior de cozinha, com jirau. (2012).



Fig.10 Remendos na parede lateral de palafita. (2012).

da lama mole tem o tesó, que já é terra firme¹⁹. Também chamada de tabatinga, é uma terra argilosa, mais densa que a lama. Em média, 3m da estaca são afundados na lama até à tabatinga e 2m separam a superfície desse solo lamacento do assoalho da casa.

Nas estacas são pregadas ou aparafusadas as travessas, formando um sistema porticado simples, via de regra, sem contraventamento. Aqui começa a ser utilizada a furadeira elétrica - a única ferramenta que não é manual - que é conveniente para não lascas a madeira, senão *em pouco tempo penetra água e a madeira apodrece mais rápido*. Em cima das travessas assentam-se ainda os barrote, onde se vão sobrepor as tábuas que formam o piso, *como uma mesa - onde se vai construir a casa em cima*.

As paredes têm uma estrutura pontual, feita muitas vezes de peças roliças iguais às que serviram de estacas, como que prolongando estas, em todo o perímetro da *mesa*. Pelo interior, pregam-se, a essas peças verticais, tábuas na direção contrária, subindo quase em simultâneo. Desta forma, com a estrutura no exterior, as paredes internas ficam lisas e contínuas. A fachada da

frente recebe certas atenções, ficando a estrutura do lado de dentro, de forma a garantir a referida continuidade, desta vez, na superfície exterior da parede. É frequente pregarem-se ainda tábuas ou ripas finas cobrindo as juntas das primeiras tábuas.

É aberta, via de regra, uma porta e uma janela, bastando não fechar o vão que se pretende aberto, coincidente com os intervalos da estrutura.

Uma vez que as palafitas costumam ser construídas em linha e apesar das paredes vizinhas nunca se encostarem, não costuma haver aberturas nas fachadas laterais, resultando estreitos intervalos entre as casas. Nos fundos, onde se situa a cozinha, pode existir um tipo de abertura conhecido como *jirau*, uma espécie de bancada que se prolonga do lado de fora, permitindo que a água da lavagem de alimentos ou utensílios caia diretamente no canal (Fig. 9).

Para além das tábuas, a vedação pode fazer-se com painéis de compensado, também chamado madeirite (contraplacado em português europeu), ou com lonas de plástico. É muito frequente apresentarem retalhos ou emendas posteriores de diferentes materiais, sempre aplicados pelo exterior (Fig. 10). Anteriormente, já foi muito usada a meaçaba, que é uma esteira de fibra entrançada das folhas da palmeira de babaçu, material de que já foram também feitas portas e janelas.

¹⁹ Joberval Bertoldo, é engenheiro mecânico aposentado. Nasceu na Fé em Deus, onde os pais se instalaram quando vieram do interior e o pai construiu uma palafita.



Fig. 11 Palafitas (2012).



Fig. 12 Palafitas (2012).



Fig. 13 Palafita com alpendre, durante a execução do aterro para a avenida (2012).

A cobertura assenta sobre caibros que apoiam em terças apoiadas nas próprias paredes. Tem geralmente duas águas, mas a cumeeira tanto pode ser paralela à direção da ponte - a solução mais frequente - como ter a direção oposta (o fato das casas nunca se encostarem permite o escoamento das águas pluviais também pelos lados).

Tássio Ribeiro lembra-se que quando construiu a sua primeira palafita, em 1991, só o piso e a frente eram *de tábua*, enquanto *as laterais* eram de papelão e a cobertura de palha. Esse tipo de cobertura deu lugar aos painéis de madeirite e às telhas onduladas de fibrocimento (conhecidas como “brasilite”, que é o nome de um fabricante). Telhados de cerâmica praticamente não existem; *a telha colonial não presta porque é muito pesada*, mas na cumeeira, onde os dois ângulos de placas de “brasilite” se encontram, é frequente uma linha de telhas de cerâmica, eficazes nessa solução de remate devido também ao seu peso.

A cobertura projeta-se para além da linha das paredes por forma a protegê-las da chuva. (Fig. 11 e 12) Observam-se casas com alpendre na entrada, apesar de não serem a maioria. (Fig. 13)

Nos fundos, pode haver uma porta, que dá para uma plataforma onde ancora o barco e/ou para o banheiro exterior - por vezes distante da casa, mas individual, acessível através de um passadiço de madeira. Quando as casas são construídas em áreas de mangue aberto ou sobre canais, mantêm-se, inicialmente estes dois acessos.

Quando a casa tem dois compartimentos, a parede divisória é paralela às fachadas frontal e tardoz, ficando a sala na frente e o quarto com a cozinha, nos fundos. Quando tem mais compartimentos, organiza-se um corredor lateral, em frente à porta de entrada, que termina na cozinha ao fundo. O acesso ao quarto, que fica no meio, com ou sem janela na parede exterior lateral, é feito pelo corredor ou diretamente pela cozinha. Se a casa vai aumentando para o fundo,

adiciona-se um quarto, junto ao que existe, no meio, mantendo a organização base.

Antes do trabalho de campo, levantamos a hipótese de que os procedimentos para a construção das palafitas poderiam ter afinidade com as técnicas da carpintaria naval, uma vez que muitos dos moradores do rio Anil eram ou ainda são pescadores. De fato, os dois ofícios usam o mesmo material e as mesmas ferramentas: serrote, enxó, machado, plaina e furadeira. No entanto, os poucos artífices que trabalham em ambos dizem taxativamente que *não tem nada a ver*. Como explicou Valdimar Santos²⁰, barcos têm de ser construídos *no seco*, de preferência em estaleiro coberto, enquanto a palafita *constrói já na água mesmo e sempre continua no mesmo lugar*. Nas embarcações, as juntas das pranchas devem ser perfeitamente vedadas (utilizam uma mistura de óleo de mamona e cal), enquanto nas palafitas, é até uma vantagem a ventilação trazida pelo *ar condicionado natural que entra nas brechas das tábuas*, como lembrou Basílio Durans. Apenas um entrevistado mencionou que seu pai usava *entalhes de embarcação na pregação* dos elementos estruturais das palafitas.²¹

DA PALAFITA À ALVENARIA

As declarações apresentadas, assim como o contraste entre a pintura mais caprichada dos barcos e a falta de acabamento externo em muitas palafitas, indicam a distância social entre as duas práticas. Enquanto a carpintaria naval é de fato entendida como um ofício, um saber-fazer especializado e respeitado, a construção de palafitas não tem o mesmo *status*, ainda que, via de regra,

²⁰ Valdimar Santos, pesca desde os 8 anos. É pescador profissional, sem barco próprio. Nasceu em São José de Ribamar, um dos quatro municípios, incluindo São Luís, que formam a ilha do Maranhão, e mudou-se para a Camboa nos anos 1980.

²¹ Joberval Bertoldo. O pai “sempre teve igarité” e trabalhou numa “costeira”. Igarité é um pequeno barco e costeira é a designação local das embarcações de navegação costeira, que pescam em mar aberto e eventualmente em águas internacionais.

se chame alguém familiarizado com carpintaria ou construção civil, para as construir. A nossa interpretação é de que esse relativo desprezo por um saber do qual muitos dependeram por tanto tempo é correlato ao desprezo pelas moradias que ele produz. Ambos – desprezo pelo processo e pelo produto – provêm das instituições a que os moradores da favela do rio Anil inevitavelmente estão sujeitos e cujo ideário tendem cada vez mais a incorporar: a palafita é, necessariamente, uma forma de habitação precária.

CONCLUSÃO

Assim, parece-nos que o processo de substituição das palafitas do rio Anil por casas de alvenaria ou por prédios de apartamentos está muito mais relacionado a motivações simbólicas dos moradores e a ações diretas do Estado (simbólicas e físicas), do que a técnicas e materiais construtivos.

Não são necessariamente questões materiais que motivam a preservação ou a erradicação, se técnicas construtivas semelhantes podem servir de pretextos para ações tão distintas como as que estão em curso nas palafitas do rio Anil e nas palafitas do rio Tejo. Também no próprio Maranhão, não muito longe de São Luís, se desenvolvem estudos profundos sobre as ruínas palafíticas da região dos lagos, identificadas já no passado como “a civilização lacustre do Brasil”²² e herança de culturas indígenas anteriores à chegada dos europeus. Enquanto se produzem maquetes de reconstituição dessas culturas desaparecidas, na favela do Anil, o aniquilamento parece ser a única resposta defendida pelas políticas públicas e praticada pelos programas de urbanização.

Nesse sentido, apresentamos o processo de construção e ocupação dessa favela como memória de uma cultura construtiva em vias de erradicação.

²² Esse legado de ruínas de habitações construídas sobre estacas, em estreita relação com o contexto hidrográfico da região, foi estudado e documentado inicialmente por Raimundo Lopes (1924).

Acreditamos que há outros caminhos possíveis para os programas governamentais e, ao contrário de bloquear os modos de vida instituídos, e limitar oportunidades - como aconteceu com a construção da avenida marginal que obstruiu a conexão com o rio, - devem procurar-se soluções que aumentem as possibilidades dos habitantes. Soluções que vão no sentido do apoio à transmissão de conhecimentos e técnicas, à valorização de atividades e saberes que ali existem como a pesca,

a construção naval, ou mesmo os rituais religiosos e de danças da cultura negra, que também ali se desenvolveram de modo intenso; soluções que podem passar também pela valorização das palafitas como cultura própria.

Se, em boa verdade, as palafitas daquela área já praticamente não existem, há em São Luís muitas favelas de palafitas, onde podem ser implementadas ações que considerem os modos de vida próprios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fathy, Hassan. 1976. *Architecture for the Poor: an Experiment in Rural Egypt*. Chicago: University of Chicago Press

Gaspar, Pedro e Palla, João. 2009. "Construções palafíticas da bacia do Tejo: levantamento e diagnóstico do património construído da cultura avieira". *Artitextos* n.º 8, p. 153-174 Lisboa: CEFA /CIAUD.

Illich, Ivan. 1981. *Shadow Work*. London: Marion Boyars

Kapp, Silke e Baltazar, Ana. 2012 "Metropolitan Vernacular: on the History of Informal Construction in a Brazilian City" In *Nuts & Bolts of Culture, Technology and Society Construction History*, vol. 2 edited by Carvais, Robert et al., p. 3-10 Paris: Picard

Lopes, Raimundo. 1924. "A civilização lacustre do Brasil" *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro* v.1, n.º2 p.87-109. Rio de Janeiro

Marafona, Sérgio. 2014. "O assentamento avieiro da Palhota: caracterização do património vernacular." Dissertação de mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto: FAUP

Turner, John e Fichter, Robert. 1972. *Freedom to build: dweller control of the housing process*. New York: The Macmillan Company

Conversas e entrevistas, em 2016, com moradores dos bairros Camboa, Liberdade, Fé em Deus e Alemanha, onde está em curso o projeto PAC Rio Anil, entre os quais Ana Santos, Basílio Durans, Joberval Bertoldo, José Américo, Tássio Ribeiro, Vitória Barbosa e Valdimar Santos, citados ao longo do texto.